



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681367 - SP (2021/0226694-3)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
IMPETRANTE : CESAR WESLEY PORCELLI
ADVOGADO : CESAR WESLEY PORCELLI - SP419733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CRISTIANE TEODORO NUNES (PRESO)
CORRÉU : LUCIANO VIANA DE OLIVEIRA
CORRÉU : FERNANDA CONSTANTE BARCELLI
CORRÉU : WAGNER ANTONIO RIBEIRO CASTRO
CORRÉU : ANA PAULA ALVES MOREIRA
CORRÉU : ROGER ANTUNES TEIXEIRA
CORRÉU : LUCAS RODRIGUES DE FREITAS
CORRÉU : RAFAEL RODRIGUES LOPES JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CRISTIANE TEODORO NUNES, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 3001909-97.2013.8.26.0025).

A paciente foi condenada às penas de 2 anos e 1 mês de reclusão, no regime inicial semiaberto, e de 10 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, I e IV, c/c o art. 61, II, d, do Código Penal.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para impor o regime prisional intermediário para o início do cumprimento da pena, ao argumento de que fundados na gravidade abstrata do crime imputado.

Alega, ainda, a necessidade de aplicação da regra disposta no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, sobretudo porque a paciente permaneceu sob prisão cautelar durante o curso da instrução criminal.

Requer, liminarmente, a fixação do regime inicial aberto em favor da paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de

3/11/2020).

Ademais, a fixação do regime inicial semiaberto foi justificado pelo Tribunal de origem, mediante a indicação das circunstâncias concretas que elevaram o juízo de reprovabilidade da conduta delitiva.

A propósito, no voto condutor do julgado constou o seguinte (e-STJ fl. 153):

No tocante a Luciano e Cristiane, tendo em conta número de agentes, valor do dinheiro subtraído e dano resultante da ação de subtração, o que incrementa a reprovabilidade da conduta, fixa-se o regime inicial semiaberto para a pena privativa de liberdade.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência